

Hidrelétricas e impactos socioambientais na Terra Indígena Kayabi do Rio Teles Pires¹

Adriana Francisca de Medeiros/ UNIR
Simone Ferreira de Athayde /UF
Adnilson de Almeida Silva/UNIR

Resumo

O trabalho objetiva realizar uma análise inicial dos impactos socioambientais na Terra indígena kayabi, a partir das observações registradas no Fórum Teles Pires realizado de 7 a 10 de Março de 2016, na cidade de Alta Floresta – MT. A pesquisa faz parte das atividades realizadas no grupo de Rede de Pesquisas sobre Barragens Amazônicas. No Brasil, na última década temos assistido a instalação de um modelo econômico grandioso denominado Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Este foi lançado oficialmente em 22 de janeiro de 2007, e a segunda etapa do programa (PAC2), lançado em 2011. Com duração de 4 (quatro) anos, o PAC – 1 objetivou estimular o investimento privado em obras de infraestrutura e tinha previsto três “eixos” de investimento, assim intitulados: (1) Logístico: onde estão incluídas as obras de transporte terrestre e fluvial. (2) Energia: onde estão incluídas obras dos setores elétrico e petrolífero. (3) Infraestrutura Social: onde se incluem as obras de construção e ampliação de metrô; habitação e saneamento; acesso à água; e o programa Luz para Todos. O PAC- 2 ampliou alguns eixos, porém o objetivo principal foi à continuidade do PAC -1. A região Amazônica é a maior bacia hidrográfica do mundo e concentra grande potencial de aproveitamento de recursos hídricos para a geração de energia. Nesse sentido, o PAC prevê a construção de diversos projetos de geração de energia elétrica na região. Até o momento, estão sendo construídas 18 usinas hidrelétricas de médio e grande porte, algumas já em funcionamento, como a Santo Antônio e Jirau em Rondônia e a Teles Pires em Mato Grosso. Essa última fica nas proximidades das cidades de Paranaíta, no Mato Grosso, e Jacareacanga, no Pará, é a maior usina do Complexo Teles Pires, formado por seis hidrelétricas, que terá capacidade instalada de 1.820 megawatts (MW), gerados a partir de cinco turbinas, cada uma com capacidade de 364 MW. As margens do Rio Teles Pires está situada as Terras Indígenas dos Munduruku, Apiaká e Kayabi. O território tradicional Kayabi encontra-se as margens do Alto do Teles Pires desde a “confluência do Rio Verde até alguns quilômetros acima do rio Peixoto de Azevedo, e parte da bacia do rio dos Peixes, afluente da margem direita do rio Arinos. Muitos indígenas abandonaram suas terras ancestrais no século XX, movidos por conflitos e pela Expedição denominada “Roncador- Xingu” que ocasionou na transferência da maioria dos indígenas para o recém criado Parque Nacional do Xingu. Alguns Kaiabi resistiram aos apelos dos irmãos Villa- Boas e recusaram a abandonar o lugar em função da ligação afetiva. Atualmente vivem várias famílias kaiabi remanescentes desse grupo que resistiu a mudança de território. Ultimamente, os desafios do grupo Kaiabi do Teles Pires é conviver com os impactos socioambientais provocados com a construção das hidrelétricas impactando o seu território, como as alterações impostas ao seu modo de vida e as mudanças no ambiente

¹ Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 03 e 06 de agosto de 2016, João Pessoa/PB.”

natural da pesca, caça e água, além do alagamento de locais sagrados, como a cachoeira de sete quedas.

PALAVRAS-CHAVE: Hidrelétricas; impactos socioambientais; TI Kayabi.

Introdução

"Se destruímos nossos rios, como vai ficar a vida de nossos filhos e nossos netos, e das gerações futuras? Que desenvolvimento é esse que destrói as nossas riquezas naturais, explora o nosso povo e alimenta a ilusão de um modelo de crescimento econômico que vai acabar gerando mais pobreza e desigualdade social?"²

A citação acima, reflete as condições e preocupações dos povos indígenas que ao longo da história de desenvolvimento brasileiro, viram suas terras usurpadas, saqueadas e sua população em alguns casos dizimada por conflitos e doenças.

A Amazônia brasileira nas últimas décadas tem experimentado diversas fases de expansão de povoamento, extensão agrícola, de polos petrolíferos, complexos siderúrgicos e recentemente barragens hidrelétricas, o que atraiu madeireiros, mineradores, posseiros, agricultores e outros interessados na exploração e ocupação das terras implicando na expressão de um modelo de desenvolvimento impositivo e desigual. Além de ocasionar conflitos sociais e ambientais.

O “povoamento” da região amazônica foi acelerado a partir da década de 50 do século XX, com a implantação da capital do Brasil na região centro oeste, o que impulsionou o povoamento da região, o que conseqüentemente a expansão a partir da construção das rodovias Transamazônica, Belém-Brasília, Cuiabá- Santarém, Cuiabá – Acre.

Desde os fins da década de 60 o Estado brasileiro atuou no sentido de eliminar os obstáculos à exploração dos recursos naturais existentes, e acelerar a velocidade para circulação de mercadorias na região amazônica. Implantou parcela logística necessária à integração e circulação no espaço nacional, favoreceu a expansão de empresas e de grandes propriedades agropecuárias. As redes físicas (viária, energética e de comunicações) somaram-se a outros tipos de incentivos fiscais e econômicos, tais como linhas de financiamento

² Trecho do Manifesto Kaiabi, Apiaká e Munduruku contra os aproveitamentos hidrelétricos no Rio Teles Pires (<http://www.cptnacional.org.br>)

para projetos agropecuários, agroindustriais e madeireiros (MELLO, 2006, p.27)

Nesse contexto, as populações nativas que não se adequaram aos projetos de “ocupação produtiva da Amazônia” implantada, ficaram à margem desse processo, excluídos, silenciados e negligenciados.

Nas últimas décadas temos assistido uma crescente demanda energética no país, originada pelo desenvolvimento econômico, pelo aumento populacional, pela urbanização e pelo padrão de consumo da sociedade moderna. Com o lema “ energia é progresso”, os planos de desenvolvimento elaborados tem priorizado esse eixo, como o atual Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) que apresenta como um de seus objetivos a geração de energia .

O Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) foi criado em 2007, em seguida foi lançada a segunda etapa do programa (PAC2), em 2011. Com duração de 4 (quatro) anos o PAC – 1, objetivou estimular o investimento privado em obras de infraestrutura baseado em três “eixos” de investimento, assim intitulados: (1)Logístico: onde estão incluídas as obras de transporte terrestre e fluvial. (2) Energia: onde estão incluídas obras dos setores elétrico e petrolífero. (3) Infraestrutura Social: onde se incluem as obras de construção e ampliação de metrô; habitação e saneamento; acesso à água; e o programa Luz para Todos. O PAC- 2 ampliou alguns eixos, porém o objetivo principal foi à continuidade do PAC -1.

Uma primeira observação é que o PAC orienta um modelo de crescimento econômico, e não somente um plano de desenvolvimento stricto sensu. Ora, trata-se de um modelo há décadas criticado pelo seu reducionismo e pela sua ineficácia social e ambiental. Ele retoma a experiência do planejamento da década de 70 para a Amazônia e projeta, para essa região, uma modernização com base na produção de commodities dos setores pecuária, madeira, grãos, minérios e energia.

Aos poucos, o imenso “vazio” geográfico imaginado antes, “as terras sem homens”, vai sendo invadido por mega projetos, do PAC, como as hidrelétricas, que objetiva suprir “[...] primordialmente um determinado segmento da economia industrial, notadamente as indústrias eletrointensivas, como o setor de alumínio (BERMANN apud ZHOURI e OLIVEIRA, 2007,p.122).

O Governo tem insistido em um modelo mais tradicional de desenvolvimento, que são densos em investimento que infringe as leis ambientais com o desmatamento, perda da biodiversidade local, poluição e alagamento de algumas áreas, outro fator são os conflitos territoriais ocasionados pela disputa de terra e invasão de terra indígenas.

Os impactos sócio-ambientais gerados pelo PAC atingem principalmente as populações mais vulneráveis na Amazônia, os indígenas, ribeirinhos, pescadores e pequenos agricultores, que na maioria das vezes não tem oportunidades de reivindicar os danos, e quando se manifestam são silenciados pela mídia ou pelos órgão que poderiam auxilia-los..

O caso da hidrelétrica Teles Pires e o Povo Kaiabi

Os povo indígena Kaiabi (Tupi-guarani) constitui atualmente um grupo de mais de mil indivíduos que vive em maioria no Parque Indígena do Xingu (sendo um dos mais numerosos grupos indígenas dentro do parque) e uma menor parte na terra indígena próxima ao Rio Teles Pires, que é a locação da terra tradicional desta etnia.

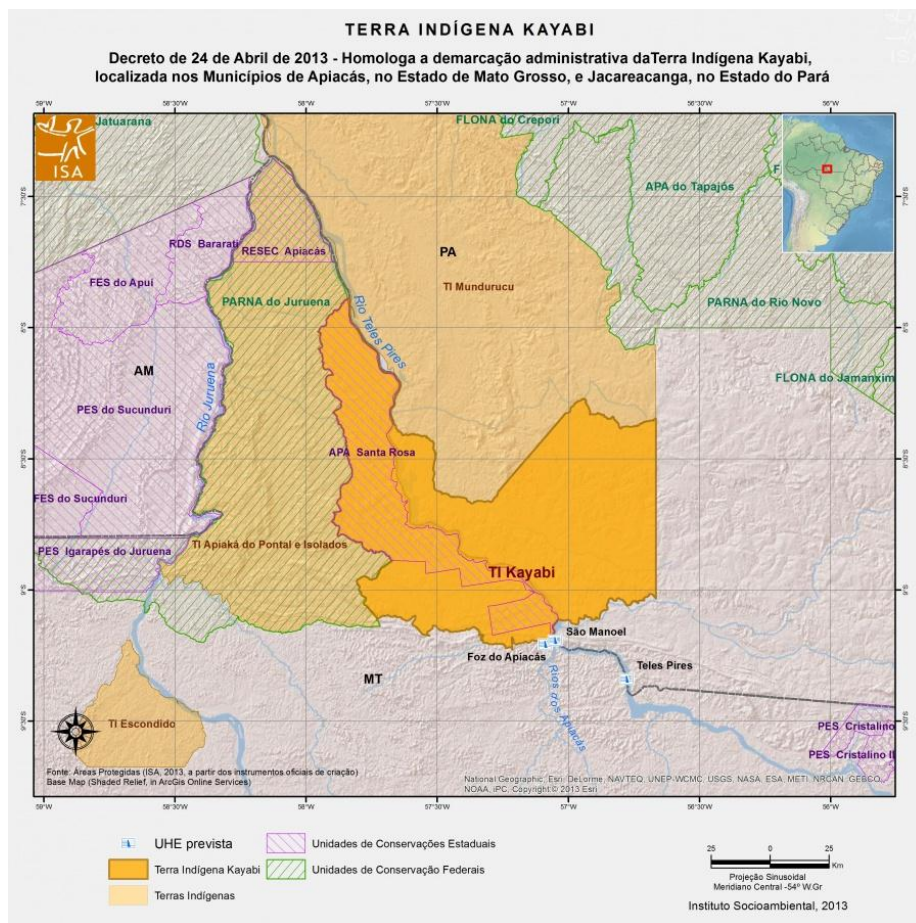


Figura 1. Mapa da TI Kayabi. Fonte: ISA

Os Kaiabi, e muitas etnias indígenas brasileiras na Amazônia tem sua história marcada pelo contato conflituoso com seringueiros no século XIX. Esta situação foi marcada pela resistência dos Kaiabi aos invasores de suas terras, que modificou-se com a chegada dos irmãos Villas-Bôas. Os Kaiabi colaboraram na expedição Roncador-Xingu, assim como no processo de pacificação e desbravamento da região. Em 1966, os irmãos Villas-Boas conduziram a “operação Kayabi” na qual a maioria do grupo foi gradativamente sendo transferidos de avião para o Parque nacional do Xingu.

Recentemente o território Kaiabi foi impactado diretamente pela hidrelétrica Rio Teles Pires (MT) e São Manuel (em construção), instaladas nas proximidades das cidades de Paranaíta, em Mato Grosso e Jacareacanga no Estado do Pará. A UHE Teles Pires foi arrematada no último leilão de geração de 2010 da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) pelo Consórcio Teles Pires Energia Eficiente. A emissão da Licença Prévia N° 386/2010 pelo Ibama, permitiu que o projeto fosse incluído no Leilão A-5, levado adiante pelo Governo Federal, Ministério de Minas e Energia, por meio da Aneel, em 17 de dezembro de 2010. Depois do leilão, foi criada a Companhia Hidrelétrica Teles Pires S/A, Sociedade de Propósito Específico (SPE), responsável por construir e fazer operar a UHE Teles Pires, constituída pelas empresas Neoenergia (50,1%), Eletrobras-Eletrosul (24,5%), Eletrobras-Furnas (24,5%) e Odebrecht Energia (0,9%)³. Segundo o projeto esta terá potência instalada de 1.820 megawatts.



Figura 2. Hidrelétrica São Manoel em fase de construção (março/2016). Fonte : própria autora

³ Informações retiradas do site <http://www.uhetelespires.com.br>

Resistência: O Fórum Teles Pires

O Fórum Teles Pires foi realizado de 7 a 10 de Março de 2016, na cidade de Alta Floresta – MT. O evento objetivou: definir estratégias de monitoramento participativo dos impactos socioambientais das hidrelétricas no rio Teles Pires, voltadas para a defesa dos direitos de populações atingidas, especialmente povos indígenas, pescadores e agricultores familiares, e para a disseminação de informações de interesse público, inclusive para debates sobre novas hidrelétricas na bacia do Tapajós e outros lugares na Amazônia. Participaram representantes indígenas das etnias Kaiabi, Xerente, Munduruku, Apiakas, Rikbakta, Juruena; agricultores; pescadores e pesquisadores da UF (Flórida/USA), UFT, UNIR, UNEMAT e ICV, de diversas áreas do conhecimento, biólogos, pedagogos, geógrafos, antropólogos, economistas entre outras. A programação incluiu relato de experiências, registro através de desenho e escrito das mudanças ambientais, exposições orais sobre os impactos socioambientais e direito a reparação dos danos e discussão em plenária.

A proposta da oficina foi norteada por uma abordagem transdisciplinar, que compreendemos como “[...] um modo de construção do saber integrativo que vai além das disciplinas da ciência ocidental, pressupondo o diálogo, as trocas e a integração de saberes entre academia e sistemas de conhecimento de participantes não acadêmicos (TRESS; TRESS; FRY, 2005 *apud* ATHAYDE *et al.*, 2013) ”. Essa abordagem pressupõe uma democracia de saberes, desse modo, todos os conhecimentos são importantes, independente dos títulos acadêmicos. É o que Boaventura de Sousa e Menezes (2010) denomina de diálogo horizontal ou ecologia dos saberes. Se ainda parece difícil definir esse termo no âmbito acadêmico, ainda mais difícil é pô-lo em prática. Os conceitos estruturados em conhecimentos acadêmicos, valores e atitudes disciplinares ainda são barreiras a serem vencidas na prática.

A dinâmica desenvolvida durante a oficina a partir da abordagem transdisciplinar, permitiu identificar a percepção dos indígenas Kaiabi em relação aos impactos socioambientais que ocorrerão em seu território após a construção da hidrelétrica Teles pires.

Um das primeiras oficinas realizadas denominada “Rio da vida”, objetivou registrar através de desenhos o Rio Teles Pires antes e o depois da construção das hidrelétricas. Os pequenos grupos foram assim divididos: Kaiabi, Munduruku, Apiakás,

Juruena/Arinus, Rio Madeira, Colônia Z-16, Xerente/Tocantis, Rural e Urbano. A interação entre os participantes foi perceptível, uns desenhavam outros conversavam com seus pares, tentando apresentar a realidade através da expressão pictórica. Essa atividade foi concluída com a apresentação de seu desenho por cada grupo para a plateia.



Figura 3. O Rio da vida – desenho dos Kaiabi

Esse recurso metodológico, foi de grande utilidade para compreensão do tema, apresentando a realidade cotidiana de cada grupo através de desenho. A representação do Rio da vida dos Kaiabi apresentou três momentos, passado, presente e futuro. No primeiro momento o Rio é representado com inúmeros peixes, tartarugas e vegetação. No segundo momento é apresentado a diminuição dos animais e vegetais, é possível observar que no terceiro há a extinção dos peixes e um acúmulo maior da reserva de água.

Para nós, essa metodologia conseguiu reter o que seria mais significativo - como a natureza se comporta a partir do momento que interferem no seu curso natural. Sem alongadas exposições orais, foi possível dialogar com diferentes saberes. Um dos desafios que a prática transdisciplinar se depara é criar uma metodologia que os saberes se complementem, ou seja, que o conhecimento acadêmico e não-acadêmico se articulem de forma a “construir” um novo conhecimento.

Outra atividade durante o Fórum que permitiu conhecer a realidade dos impactos nas terras indígenas, consistiu em descrever em pequenos grupos (pescadores,

indígenas, ribeirinhos) as mudanças ocorridas e a necessidade de monitoramento destas.

O monitoramento é o acompanhamento das mudanças que acontecem na vida das pessoas e no rio antes e depois da construção das hidrelétricas ou de alguma obra que vai mudar a situação do local. É importante ter conhecimento da situação ou daquilo que é importante acompanhar ANTES, para saber como vai ficar DEPOIS. Sabendo isso, as pessoas e grupos atingidos pelas barragens vão ter conhecimento das perdas e problemas, para entender como podem reivindicar ou lutar pelos seus direitos.

Os kaiabi relataram que apesar do pouco tempo de funcionamento da hidrelétrica é possível perceber a ausência de alguns peixes e o desaparecimento das tartarugas, segundo os mesmos o sumiço destas se deve ao fato que a água represa o berçário o que impede a reprodução desses animais. Uma mudança retratada foi em relação a caça, atividade comum aos povos indígenas, segundo os mesmos devido a iluminação próximo a barragem tem afugentado os animais. Em relação a rio os Kaiabi relataram que a água tornou-se turva e que a partir da instalação da hidrelétricas eles não conhecem mais o Rio, os níveis da água antes determinados pela natureza, hoje são controlados pelo homem, impedindo atividades como a plantação em áreas de vazante.

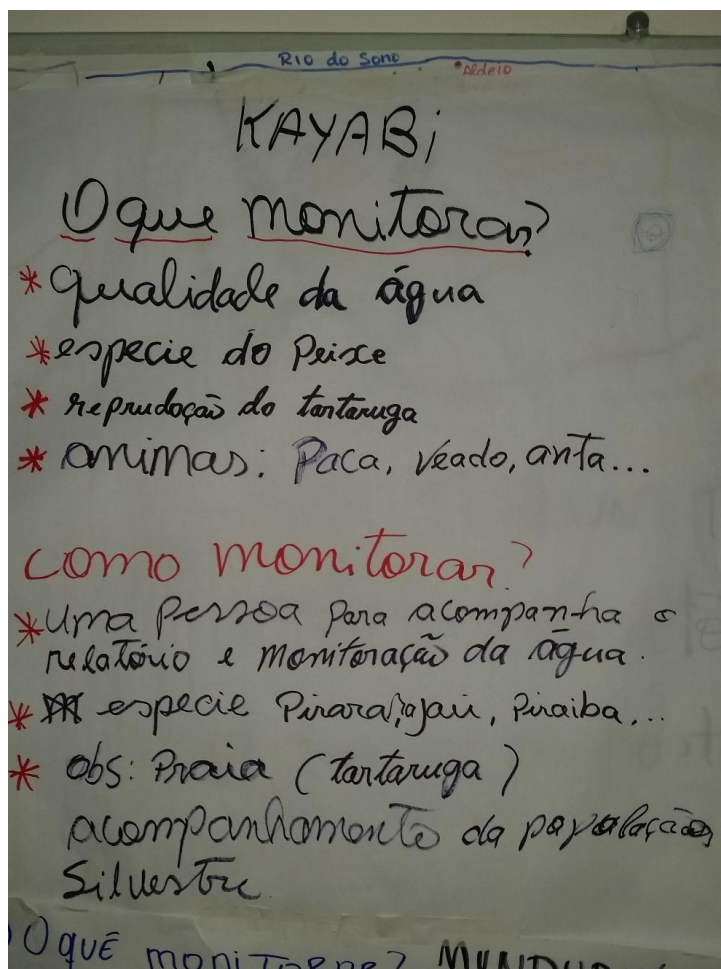


Figura 04: Cartaz do grupo kaiabi

Vimos a partir das oficinas que os desafios do Povo Kaiabi do Teles Pires é conviver com os impactos socioambientais provocados com a construção das hidrelétricas construídas no seu território, como as alterações impostas ao seu modo de vida e as mudanças no ambiente natural da pesca, caça e água, pela interferência que as áreas dos reservatórios das usinas levam ao seu território.

Referencias

ATHAYDE, Simone et al. **Aprendizagem colaborativa, transdisciplinaridade e gestão socioambiental na Amazônia:** abordagens para a construção de conhecimento entre academia e sociedade. Rbpg, Brasília, v. 10, n. 21, p.729-756, 12 out. 2013. Semestral. Disponível em: <ojs.rbpg.capes.gov.br/index.php/rbpg/article/view/419>. Acesso em: 12 mar. 2016

MELLO, Neli Aparecida de. **Políticas territoriais na Amazônia.** Sao Paulo: Annablume, 2006.

SANTOS, Boa Ventura de Sousa; MENEZES, Maria Paula. **Epistemologias do sul.** São Paulo: Cortez, 2010.

ZHOURI, A.; OLIVEIRA, R. **Desenvolvimento, Conflitos Sociais e violência no Brasil rural:** o caso das Usinas Hidrelétricas. In Ambiente e Sociedade. Campinas, vol.X, n.2, julho de 2007, pp. 119-135.